

Política



LAURO JARDIM

União Brasil avalia lançar ministro de Lula

Titular do Turismo, Celso Sabino pode concorrer à prefeitura de Belém pelo partido



Fim da linha. Policial monitora homens detidos no dia 8 de janeiro do ano passado, após invadir os prédios dos três Poderes, em Brasília. STF já condenou 30 pessoas por participação nos atos

SALDO DAS PUNIÇÕES

STF CONDENA EXECUTORES, MAS INVESTIGAÇÃO EMPERRA NA BUSCA POR MENTORES

DANIEL GULLINO

daniel.gullino@oglobo.com.br

Um ano depois dos atos golpistas do 8 de janeiro, as condenações ainda estão restritas aos executores, que foram presos durante os ataques às sedes dos três Poderes. Apesar de avanços nas investigações da Polícia Federal (PF) e da Procuradoria-Geral da República (PGR), persistem as dificuldades de elevar a escala de responsabilizações e alcançar os financiadores, autores intelectuais e autoridades que foram omissois no episódio.

Até agora, o Supremo Tribunal Federal (STF) já condenou 30 pessoas por participação nos atos, todos do grupo que participou diretamente das cenas de vandalismo e ataques à democracia. As penas aplicadas vão de três a 17 anos de prisão. Outros 29 réus estão com o julgamento virtual em curso, com encerramento em fevereiro. Há voto favorável do relator, ministro Alexandre de Moraes, pela condenação.

O Judiciário brasileiro, neste momento, avança em relação aos iniciadores, aqueles que foram presos no acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército. Para eles, no entanto, existe a possibilidade de um acordo, já homologado para 38 pessoas. Neste tipo de tratativa, os acusados reconhecem o crime, mas não são presos ou processados. Os acordos de não persecução penal têm como penas a imposição de multas e a necessidade de fazer cursos sobre democracia.

Ao todo, a PGR já apresentou 1.413 denúncias, a maioria por incitação (1.156) ou execução (248). Também há 11 denúncias por omis-

são de agentes públicos, sendo sete delas contra integrantes da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal.

A acusação mais recente, formalizada em dezembro, foi a primeira contra um financiador dos atos. O alvo é um morador de Londrina (PR) que fretou quatro ônibus para o transporte de pessoas a Brasília.

Das cerca de duas mil pessoas detidas após o ataque aos três Poderes, 70 seguem presas. Entre elas, oito foram condenadas e 33 aguardam julgamento pelo Supremo.

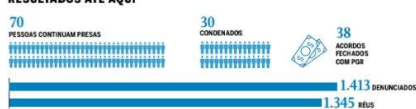
Para além das prisões iniciais, feitas nos dias 8 e 9, uma das principais frentes de investigação foi a Operação Lava Fátima, que teve 22 lares no ano passado sob segue em curso. Foram cumpridos 91 mandados de prisão e 392 de busca e apreensão, e os alvos incluem pessoas que participaram da invasão, suspeitos de financiamento e de incitação e até PMs acusados de omissão.

BUSCA POR MENTORES

O Judiciário brasileiro, neste momento, avança em relação aos iniciadores, aqueles que foram presos no acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército. Para eles, no entanto, existe a possibilidade de um acordo, já homologado para 38 pessoas. Neste tipo de tratativa, os acusados reconhecem o crime, mas não são presos ou processados. Os acordos de não persecução penal têm como penas a imposição de multas e a necessidade de fazer cursos sobre democracia.

Ao todo, a PGR já apresentou 1.413 denúncias, a maioria por incitação (1.156) ou execução (248). Também há 11 denúncias por omis-

RESULTADOS ATÉ AQUI



AUTORIDADES NA MIRA



Jair Bolsonaro
Investigado por incitação, por ter publicado vídeo de si após os atos. PGR ainda analisa conteúdo, que foi de elação e depois recuperado. Ex-presidente disse que postou conteúdo sem querer.

Fábio Augusto Vieira
Ex-comandante da PM-DF foi denunciado ao Iade de outro caso oficial por omissão. Denúncia ainda não foi analisada. Vieira nega omissão e diz que não participou do planejamento de 8/1.

André Fernandes, Clarissa Tércio e Silvia Waigle
PF censurou que os três deputados cometeram crime de incitação, mas PGR só iniciou arquivamento de inquéritos. Os parlamentares negam.

General Girão
PF também viu crime de incitação aos atos, mas PGR ainda não analisou caso. Inquérito está aberto. O parlamentar nega.

RELATÓRIO DA CPI

63 pedidos de indiciamento, incluindo de Bolsonaro, dos ex-ministros Anderson Torres, Walter Braga Netto e Augusto Heleno e dos ex-comandantes Amr Garri (Marinha) e Marco Antônio Freire Gomes (Exército). Documento está sendo analisado por PGR, AGU, TCU e outros órgãos. Eles negam irregularidades.

AÇÕES DO GOVERNO

AGU apresentou 110 ações cobrando ressarcimento pela destruição de prédios públicos e indenização por danos morais coletivos contra acusados de financiar e executar atos golpistas. Início tentava de atentado a bomba no aeroporto.

PRÓXIMOS PASSOS

STF pretende concluir até abril o julgamento de 205 ações penais, a maioria dos casos envolvendo executores.
Foco deve mudar para identificar e punir financiadores e autores intelectuais.

seguem sob investigação.

Em paralelo às investigações da PF e da PGR, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aprovou em outubro um relatório com pedido de indiciamento de 61 pessoas, entre elas Bolsonaro. O documento foi entregue a diversos órgãos de controle, como a PGR, mas ainda está sob análise e teve poucas consequências práticas.

No início de novembro, o subprocurador Carlos Frederico dos Santos, que na época comandava as apurações do 8 de janeiro, pediu acesso a documentos sigilosos obtidos pelo colegiado. Após a posse de Paulo Gonet no comando da PGR, Santos deixou a linha de frente das investigações dos atos golpistas, tarefa que agora caberá ao próprio Gonet e ao vice-procurador-geral, Hindenburgo Chateaubriand. Antes de deixar o posto, Santos disse ao GLOBO que o material da CPI poderia ser usado para corroborar fatos apresentados na delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid—os depoimentos foram homologados pelo STF.

—Vamos continuar investigando episódios que aconteceram antes e depois para entender se há relação com esses eventos e, quem sabe, chegar até a autoria intelectual—afirmou o subprocurador em novembro.

PRIMEIRA FASE: FIM EM ABRIL

Na Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, titular do órgão, determinou a abertura de procedimentos para apurar se os alvos do relatório da CPI podem ser responsabilizados na área civil por dano ao patrimônio público.

Relator de todos os inquéritos do 8 de janeiro, Alexandre de Moraes prevê concluir até abril o julgamento da maioria dos executores, com sessões a cada semana no plenário virtual.

—A cada semana serão julgadas 12 ações penais, e nós devemos terminar os julgamentos de todos os executores em meados de abril—afirmou o ministro ao GLOBO. —As instituições investigaram, estão punindo e em momento algum deixaram de funcionar.

Após os três primeiros julgamentos terem sido realizados em setembro de forma presencial, os demais estão sendo feitos no plenário virtual, sistema no qual cada ministro deposita seu voto e não há debate direto entre eles. O modelo causou reclamações das defesas, mas é defendido pelos ministros pela agilidade.

As denúncias da PGR já julgadas listam cinco crimes: abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, associação criminosa armada, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado. Das 30 pessoas já condenadas, 27 foram consideradas culpadas das cinco imputações.

Em paralelo, nos Estados Unidos, um ano após o ataque ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, 70 réus já tinham sido condenados. Agora, três anos depois, segundo levantamento divulgado pelo jornal The New York Times, 720 pessoas foram condenadas ou assinaram acordos e passaram a cumprir penas, das quais 450 estão na prisão, enquanto as outras foram totalmente absolvidas. (Colaboração Mariana Muniz)